



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 5 • nº 20 • 22 a 28/06/08 • ISSN1809-6182

Resenhas

01/06/2008 - Refugiados: números de 2007..... p.01

Relatório apresentado pelas Nações Unidas mostra que o número de refugiados no mundo aumentou em 2007. As causas para isso estariam relacionadas a uma "combinação de desafios globais", dentre estes, conflitos armados, alta no preço dos alimentos e desastres ambientais.

19/06/2008 - União Européia suspende sanções a Cuba.....p.04

A União Européia decidiu acabar com as sanções contra Cuba, mas exige em troca que o país melhore o respeito aos princípios de direitos humanos. A medida foi criticada tanto pelos Estados Unidos quanto por Fidel Castro, ex-presidente de Cuba, e a eficiência da iniciativa ainda é questionada.

Refugiados: números de 2007

Resenha
Desenvolvimento
Franceline Hellen Fukuda
01 de julho 2008

Relatório apresentado pelas Nações Unidas mostra que o número de refugiados no mundo aumentou em 2007. As causas para isso estariam relacionadas a uma "combinação de desafios globais", dentre estes, conflitos armados, alta no preço dos alimentos e desastres ambientais.

No dia 20 de junho é celebrado o Dia Mundial dos Refugiados¹. A questão dos refugiados é assunto recorrente na história da humanidade; contudo, é a partir do período das duas Grandes Guerras Mundiais que o assunto adquire maior relevância no cenário internacional, devido ao grande número de pessoas que foram forçadamente deslocadas de sua região de origem, seja por questões de conflito armado ou pelo regime político então vigente nos seus países originários.

Após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), com a criação da Liga das Nações², no que se refere aos refugiados, objetivava-se, especialmente, garantir proteção dos cerca de dois milhões de russos que se encontravam pela Ásia e Europa, após terem sido desnacionalizados. Durante o período entre-guerras outros organismos e instrumentos internacionais surgiram com o intuito de definir o conceito de “refugiados”, além de defender o direito dessas pessoas que eram constrangidas a migrar de seus países de origem por estarem sendo perseguidos.

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), com a desarticulação da Liga das Nações e a criação da Organização das

Nações Unidas (ONU)³, o desafio envolvendo refugiados era ainda maior. Estima-se que cerca de 53,5 milhões de pessoas foram deslocadas de sua região de origem no período entre 1939-1947. Dessas, com o fim da guerra, a grande maioria decidiu pela repatriação, ou seja, por regressar ao seu lugar de nacionalidade. Porém, cerca de um milhão delas optaram por não retornarem ou por não mais se identificarem com a localidade originária – que agora haviam sido anexados por outros Estados– ou por discordarem dos novos regimes políticos instalados em seus países de origem.

A diferença político-ideológica existente no período seguinte entre o bloco ocidental e oriental também se refletiu na divergência do que se acreditava dever ser a relação entre as pessoas e o Estado e, assim, do que se pensava ser a melhor solução para aqueles refugiados: por um lado, o Ocidente defendia o reassentamento, por outro, o Oriente, a repatriação.

Nesse contexto que é criada a Organização Internacional dos Refugiados (OIR) em 1948, com o intuito de solucionar o problema dos refugiados e dos deslocados internos⁴. Entre as funções propostas para

¹ Vide glossário

² Vide glossário.

³ Vide glossário.

⁴ Vide glossário.

a OIR estavam: identificação, registro e classificação das pessoas; assistência, o que incluía proteção jurídica e política, transporte; reassentamento e repatriação. Contudo, a divergência existente fez com que a OIR tivesse baixa adesão: eram apenas 18 Estados-membros. E embora essa organização tivesse permissão de atuar mesmo em Estados não-membros uma vez que tinha *status* de agência especializada da ONU e possuía personalidade jurídica, essa baixa adesão comprometeu o seu orçamento.

A OIR tinha caráter temporário e não conseguiu acabar com o problema dos refugiados. Em dezembro de 1950, foi criada o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que veio substituir as funções da OIR quando esta foi extinta em 1952.

Durante todo o tempo de atuação estima-se que o ACNUR ajudou cerca de 50 milhões de pessoas a reestruturarem suas vidas, seja pela repatriação, no que se refere à adaptação no seu Estado receptor ou na escolha de um terceiro destino. Contudo, o problema está longe de ser solucionado. Um relatório divulgado pela ONU, em 17 de junho de 2008 aponta que o número de refugiados no mundo bateu recorde em 2007. O relatório mostrou também pontos positivos no que diz respeito à atuação da ACNUR: em 2007, a agência auxiliou na repatriação voluntária de 731 mil refugiados e cerca de 2 milhões de refugiados internos voltaram ao seu local de origem.

O documento, que é feito baseado em estatísticas em mais de 150 países, mostrou que no ano analisado estima-se que o número de refugiados chegou a 67 milhões. Entre as pessoas assistidas diretamente pela ACNUR, o número subiu de 9,9 para 11,4 milhões de refugiados em 2007 com relação ao ano anterior. Existem, além desses, cerca de 4,6 milhões de refugiados palestinos dos quais a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina

no Próximo Oriente (UNRWA)⁵ é encarregada no Oriente Médio. O número de deslocados internos devido a conflitos armados sofreu um aumento nesse período de cerca de 6,5%, totalizando 26 milhões; os deslocados internos por catástrofes ambientais chegaram a 25 milhões.

Entre os anos de 2001 e 2005 o número de refugiados vinha apresentando uma queda, no entanto, 2007 é o segundo ano consecutivo em que há uma alta. Os fatores para tal aumento seriam vários: entre eles os conflitos ocorridos no Iraque, no Afeganistão e em outros lugares; as pressões ambientais e a miséria decorrente da alta do preço dos alimentos.

Segundo o relatório, atualmente os iraquianos e afegãos representam quase metade do número de refugiados registrados, seguidos pelos colombianos. O motivo para isso estaria associado aos conflitos armados existentes nesses países. Entre os países que tem mais deslocados internos estão a Colômbia, o Iraque, seguidos por alguns países da África, como Somália e Congo. Os desafios ambientais que o mundo vem enfrentando criaram também uma categoria recente de refugiados: os refugiados ambientais, ou seja, aqueles que tiveram que se deslocarem devido a catástrofes naturais. [ver também: [Refugiados ambientais: uma categoria das mudanças climáticas](#)]

A maior parte desses refugiados busca abrigos em sua própria região. O Paquistão é o país que mais recebe refugiados, isso devido a sua proximidade geográfica com o Afeganistão – principal nacionalidade dos refugiados. Outros países que mais recebem refugiados são Síria, Irã, Alemanha, Jordânia, Tanzânia,

⁵ A UNRWA é uma agência de desenvolvimento e ajuda humanitária da ONU, criada a partir de da guerra árabe-israelense em 1948. É responsável por prover educação, saúde, serviços sociais e ajudas de emergências para refugiados que vivem na Faixa de Gaza, Jordânia, Líbano, Cisjordânia e Síria.

China, Grã-Bretanha, Chade e EUA, respectivamente.

Apesar da questão humanitária, receber esses refugiados traz custos econômicos e culturais a esses países. Assim, muitos têm adotado políticas mais severas no que se refere à imigração, como no caso da União Européia mais recentemente. [ver também: [Nova presidência no Conselho da União Européia](#)]

O alerta é que os fatores responsáveis hoje pelo aumento de refugiados possam levar a mais deslocamentos no futuro. Para António Guterres, alto comissário da ONU para os Refugiados, "apesar de nós nos ocuparmos da parte humanitária, a solução para o desafio dos refugiados não é humanitária, mas política". Assim, ressaltou que para que a situação seja controlada há a necessidade de um envolvimento maior da sociedade internacional na resolução dos conflitos e de uma maior participação dos países desenvolvidos no que concerne à abertura de suas fronteiras às pessoas que precisam de proteção.

Referência

Artigos:

ANDRADE, José H. Fischel. O Brasil e a Organização Internacional para os refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 48, nº1, 2005.

Documento:

Relatório ACNUR: 2007. *Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*. Disponível em : <http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4852366f2.pdf>. Acessado em: 01 de julho de 2008.

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

G1

<http://g1.globo.com/>

UNHCR

<http://www.unhcr.org/>

Ver Também:

20-06-2008: Nova presidência no Conselho da União Européia

23-04-2008: Alta mundial dos preços de alimentos

02-04-2008: Cinco anos de guerra no Iraque

05-04-2007: Refugiados ambientais: uma categoria das mudanças climáticas

28-09-2006: Afeganistão: oposição armada talvez continue após cinco anos de intervenção.

União Européia suspende sanções a Cuba

Resenha
Integração Regional
Ana Caroline Medeiros Maia
19 de junho de 2008

A União Européia decidiu acabar com as sanções contra Cuba, mas exige em troca que o país melhore o respeito aos princípios de direitos humanos. A medida foi criticada tanto pelos Estados Unidos quanto por Fidel Castro, ex-presidente de Cuba, e a eficiência da iniciativa ainda é questionada.

A União Européia (UE) decidiu, no dia 19 de junho de 2008, suspender as sanções impostas desde 2003 contra Cuba. Os Estados Unidos (EUA) criticaram a medida, mas a UE afirmou que a suspensão tem por objetivo estimular mais reformas pelo atual presidente cubano, Raul Castro.

A decisão européia foi acordada pelos 27 governantes dos países pertencentes à UE, em um jantar de trabalho de Cúpula realizado nos dias 19 e 20 de junho em Bruxelas. Entretanto, alguns governos apresentaram ressalvas quanto à suspensão das sanções, como a República Tcheca, que enfatizou a importância de que Cuba apresente avanços em questões fundamentais, como a dos direitos humanos.

A UE havia imposto sanções a Cuba desde 2003, em função da prisão de 75 dissidentes pelo governo da ilha. Porém, as mesmas eram basicamente diplomáticas¹, uma vez que restringiam “os contatos diplomáticos dos governos europeus com Havana.”. Dessa forma, a emissão de vistos europeus para as

autoridades cubanas de alto escalão havia sido suspensa, assim como as relações diplomáticas.

Em 2005, no entanto, a medida foi interrompida, mas os países membros podiam continuar aplicando as medidas individualmente. Ainda, a questão permaneceu um entrave na relação entre Cuba e a UE.

Contudo, a suspensão das sanções não é definitiva, e exige contrapartidas do governo cubano: a eliminação das restrições deverá ser acompanhada por um respeito maior de Cuba aos direitos humanos, devendo garantir liberdade de expressão aos seus cidadãos, liberar os presos políticos do país - estima-se que sejam aproximadamente 230 presos dessa natureza -, aderir a todos os tratados sobre direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e permitir que entidades responsáveis pela garantia dos direitos humanos tenham acesso às prisões cubanas.

Ademais, a decisão de eliminar as sanções será reavaliada daqui um ano, com base nos avanços apresentados pelo governo cubano em relação às demandas européias. Essa condição foi a que permitiu a aprovação da medida que prevê o fim das sanções a Cuba².

¹ O termo “sanções diplomáticas” é usado quando dois países rompem as relações diplomáticas. Dessa forma, se retiram as embaixadas e os representantes do governo do país com o qual a relação foi rompida.

² As decisões do Conselho da União Européia

Para a UE, as medidas são muito importantes para impulsionar a continuidade das reformas iniciadas pelo atual presidente, Raúl Castro, irmão do ex-presidente Fidel Castro. [Ver também: [Fidel Castro renuncia](#)]

Desde que assumiu a presidência de Cuba, em fevereiro de 2008, Raúl Castro promoveu algumas reformas na ilha. Entre elas, permitiu que toda a população tivesse acesso ao uso de telefones celulares, que antes era proibido; retirou a lei que impedia a hospedagem de cubanos em hotéis destinados para estrangeiros, e ainda permitiu que agricultores pudessem cultivar terras desocupadas.

No entanto, a suspensão do bloqueio diplomático não agradou Fidel Castro, que afirmou, em uma coluna de sua autoria divulgada na Internet, que a retirada das sanções não terá impacto nenhum em Cuba, pois o embargo econômico colocado pelos EUA ainda permanece.³

Ainda, o ex-presidente afirmou que a UE é “hipócrita” por exigir em troca da retirada das sanções a melhora das ações de Cuba em relação aos direitos humanos. Fidel disse que os europeus utilizam de “métodos brutais” para expulsar os imigrantes ilegais latino-americanos que chegam ao continente. E ainda, que a EU pede impunidade aos que tentaram lutar contra o governo de Cuba – os chamados dissidentes – e entregar o país nas mãos do “imperialismo estadunidense”.

Organizações cubanas compostas por dissidentes, por sua vez, acreditam que a

medida irá facilitar a coerção do governo cubano contra eles, e que, portanto, estão decepcionados com a decisão da UE. No entanto, mesmo que essa seja a visão que os dissidentes possuem do fato, não se pode ignorar as demandas feitas pela União Européia, que, se seguidas por Cuba, reduziriam consideravelmente as ações do governo cubano contra esse grupo.

O governo dos EUA, por sua vez, se mostrou contrário à decisão tomada pela UE, afirmando que ainda é cedo para encerrar o embargo, pois o novo governo do país não demonstrou nenhuma ruptura com a ditadura de Fidel. Dessa forma, declarou que não irá apoiar a decisão da UE ou de qualquer outro que queira retirar as sanções contra Cuba.

Pode-se dizer que um dos motivos pelos quais os EUA decidiram não retirar as sanções é pela diferença entre o embargo imposto pelo país e o imposto pela União Européia. Não há dúvidas de que sanções diplomáticas são muito mais fáceis de serem retiradas e colocadas do que as que possuem caráter econômico, comercial e financeiro, como a dos EUA contra Cuba. No caso da UE, a retirada das sanções funciona como um “voto de confiança” para Cuba, que caso não atenda às demandas européias, pode ter as sanções reimplementadas.

Ainda, países como o Brasil e outros da América Latina tem se mostrado cada vez mais próximo do governo de Cuba. O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou em maio de 2008, quando teria se reunido com Raúl Castro, que o país deseja ser “o parceiro número um de Cuba”.

Mesmo que países como o Brasil e os da União Européia mantenham relações qualitativamente diferentes com Cuba, uma vez que o Brasil nunca rompeu as relações com a ilha, é fato que tem havido uma maior alinhamento desses governos com Cuba. No entanto não se sabe ao certo se essa aproximação trará resultados

devem ser aprovadas por unanimidade.

³ Desde 1962, quando do episódio da Crise dos Mísseis de Cuba, em que a União Soviética instaurou mísseis balísticos em Cuba, os EUA impuseram um embargo econômico à ilha. Esse embargo possui um caráter econômico, comercial e financeiro. Uma das proibições é a realização de investimentos das empresas estadunidenses em Cuba, assim como a ocorrência de trocas comerciais entre os dois países.

visivelmente positivos. O maior entrave ao desenvolvimento de Cuba provém do bloqueio estadunidense à ilha, e os EUA, ao menos no que afirmaram, não pretendem retirar as sanções agora.

Dessa forma, resta saber se a decisão da União Européia poderá realmente melhorar as condições de Cuba, ou se a mesma funcionará apenas como uma moeda de barganha para exigir mais respeito aos direitos humanos.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

Estadão

<http://www.estadao.com.br>

Folha de São Paulo

<http://www.folha.uol.com.br>

IOL Diário Portugal

<http://www.diario.iol.pt>

Globo.com

<http://g1.globo.com>

O Globo Online

<http://oglobo.globo.com>

Yahoo Notícias

<http://br.noticias.yahoo.com>

Ver também:

2008-03-04: [Fidel Castro renuncia](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Eduardo Côrtes; Franceline Fukuda; Joana Laura Nogueira; Larissa Martins; Luísa Lima; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

